

XXXV REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCALIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Brasília, 17 e 18 de julho de 2017

San Tiago Dantas, Palácio Itamaraty

1. Sessão de Abertura

As saudações de boas-vindas foram transmitidas pela Ministra Andrea Saldanha da Gama Watson, Diretora Adjunta da ABC, dando início à XXXV Reunião de Pontos Focais de Pontos de Cooperação, realizada no âmbito da XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP.

Na sua intervenção, a Ministra Watson fez referência ao 21º aniversário da CPLP, e à necessidade da Comunidade, recém-chegada à maturidade, requerer uma reflexão profunda e criativa quanto ao seu futuro, sobretudo no quadro da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Seguidamente usou da palavra a Dr.^a Georgina Benrós de Mello, Diretora Geral da CPLP (DG), que agradeceu a presença de todos e destacou a importância de se trabalhar em conjunto para se alcançarem os referidos ODS.

Posteriormente, fez-se uma ronda de apresentações dos delegados dos Estados-membros e da equipa do Secretariado Executivo da CPLP ali presente.

2. Aprovação da Agenda de Trabalho e do Programa

A proposta da Agenda foi colocada à consideração dos PFC e foi aprovada na generalidade (Anexo 1).

3. Programa Acompanhamento dos Projetos, Programa Indicativo de Cooperação e Execução Financeira

3.1 Execução Financeira em 2017

3.2 Quadro de Execução de Projetos e Ações Pontuais do PIC

O Diretor de Cooperação (DC), Manuel Clarote Lapão, resumiu a informação contida no Quadro de Execução do PIC, previamente circulada, identificando as entidades executoras e o grau de implementação de cada Projecto ou Ação Pontual (Anexo 2).

Na análise da execução financeira do Fundo Especial, destacou as Atividades com muito baixa execução, referindo a importância de ser feita a reavaliação da sua pertinência (Anexo 3).

A PFC de Portugal considerou que relatório financeiro apresentado não ilustrava, de forma clara, a realidade de cada Projeto e as verbas já consignadas. O DC esclareceu que o relatório apresentava uma visão anual sobre cada projeto, e não a sua dimensão cabal. Mencionou ainda que os quadros apresentados permitiam fazer uma leitura dos recursos comprometidos e que a execução é actualizada com base na informação enviada pelas entidades executoras. Por último, indicou que a leitura cruzada da informação disponibilizada pela Direção de Cooperação com a documentação remetida semestralmente aos Estados-Membros pela Direção de Administração e Finanças (DAF) possibilita aferir de forma global e fiel o nível de execução técnica e financeira das atividades em curso.

Após a exposição do DC, os PFC desenvolveram intervenções complementares com o objetivo de complementar a informação apresentada.

Assim, a PFC de Portugal teceu ainda um conjunto de considerações sobre os projectos financiados por Portugal, nomeadamente:

- [Pr53/MAP/12] Base de Dados Jurídica da CPLP (Legis-PALOP) – Fase IV Indicando que nesta nova fase importa assegurar o encerramento das fases anteriores de consolidação da Legis-PALOP através de um novo modelo de sustentabilidade do projeto, que passará por dois eixos principais: a) diversificação das fontes de financiamento da Legis PALOP, para além dos PALOP, com particular destaque para Timor-Leste e b) apropriação efetiva do LegisPALOP pela CPLP.

- [Pr62/DIL/14] Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais PALOP e TL - Fase 3 (2014-2015) - termina em dezembro de 2017. O novo projecto integrará novos parceiros e deverá ser apresentado na XXXVI RPFC, prevista para fevereiro de 2018.
- [Pr75/BRA/16] Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – a Fase VI apresenta 80% de execução, com um elevado grau de apropriação em Cabo Verde e Moçambique.
- [Pr73/BRA/16] PLATAFORMA SKAN CPLP - a II Fase arrancou em Fevereiro de 2017 e, até à data, tiveram reuniões com parceiros de Cabo Verde e Moçambique para preparação das próximas atividades: Workshop no dia 29 de Agosto, em Moçambique e Workshop em Cabo Verde, em Setembro.

Pegando na palavra, a PFC do Brasil referiu-se sucintamente aos projectos financiados pelo Brasil:

- [Pr41/LB/11] Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe - Fases II e III - está na fase final de prestação de contas desse projecto para apuramento de saldo para o arranque da 2ª fase do plano de trabalho previsto em São Tomé e Príncipe;
- [Pr49/LIS/12] Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania – foi feita uma solicitação pela Guiné-Bissau, à qual se seguiu de correspondência do Ministério da tutela, com a indicação das instituições nacionais que possam garantir a sustentabilidade do projecto no terreno.
- [Pr52/MAP/12] RIPES - em Março de 2017 teve lugar uma reunião de Pontos focais do Projeto em Lisboa. Aguarda-se o relatório da UNILAB, referente a essa reunião, para se avançar com o desenvolvimento da 2ª fase, tendo por base nos contributos dos PF dos países.
- [Pr56/LIS/13] Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP - apesar da conclusão de 3 das atividades, estão ainda em falta as missões a Angola, Guiné-Bissau e Timor-Leste. A dificuldade de execução prende-se, além das mudanças institucionais havidas na Secretaria responsável pela execução técnica do projeto, com limitações do atual Secretário de DHPD, que necessita de condições logísticas específicas. A próxima missão está prevista a ter lugar em Angola ou TL (14 a 18 de agosto) mas é necessário assegurar as questões

logísticas relacionadas com a deslocação do Secretário. Neste ensejo, o PFC de Angola confirmou que irá contactar o sector para saber se estão reunidas as condições para receber o Secretário.

A ABC indicou, ainda, que, à data, não tinha conseguido ainda qualquer resposta por parte do Ministério do Desporto, para validação do arranque do projeto Pr76/LIS/17 - Plano de Ética no Desporto na CPLP. O projecto deve iniciar as suas atividades, processo previsto para novembro de 2017, aguardando a resposta do Brasil que apenas será contemplado numa 2ª fase, juntamente com Moçambique e Portugal.

A PFC do Brasil indagou ainda se a 2ª Semana da Juventude da CPLP se iria realizar em São Tomé e Príncipe ou em Cabo Verde, conforme havia sido falado na XXXIV RPFC, e pediu que se esclarecesse a proposta do Fórum da Juventude, que propunha a utilização dos recursos aprovados na AP para uma actividade a ter lugar no dia 25 de julho, em Lisboa.

O DC esclareceu que a proposta do Fórum da Juventude para o evento do dia 25 de julho previa que a mesma se realizasse no quadro da Reunião dos Ministros da Juventude e do Desporto. Esta proposta foi favoravelmente acolhida pela Reunião.

Questionado sobre a alocação de recursos ao Pr71/DIL/15 - TCTC: Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa, o DC confirmou que houve contribuições por parte de alguns EM que se acrescem ao valor solicitado ao FE e aprovado pela XXXIV RPFC.

O representante de GB indicou que levaria as questões referentes ao projeto Capoeira à consideração do Ministério da Educação de STP.

Neste âmbito, manifestou o grande interesse da Guiné-Bissau em desenvolver o Projeto Capoeira, indicando que haveria condições para garantir a sua sustentabilidade através do Ministério da Educação e da Escola de Educação Física.

A PFC do Brasil indicou que, considerando o teor da comunicação recebida do Ministério da Educação, Ensino Superior e Investigação Científica de Guiné-Bissau, a demanda é de que eventual projeto se deverá dedicar ao ensino formal de Professores de Educação Física, fazendo uso dos recursos remanescentes no projeto original. Para tal, precisam de conhecer melhor o parceiro local para desenharem esse projecto e reavaliar a capacidade técnica da Associação Raízes do Brasil para implementar o projeto, dada a característica da demanda apresentada.

O representante de GB reafirmou, ainda, o interesse da Guiné-Bissau em que fosse aprovado o Pr77/LIS/17 Projeto “É Hora”, solicitando o compromisso dos EM para o apoio deste projecto. O DC recordou que a GB deverá proceder a reformulação do projecto à luz das recomendações da XXXIV RPFC.

No âmbito do projeto Pr70/DIL/15 - Relançamento do INEP, o representante da GB confirmou que o Ministério das Finanças irá colocar recursos para assegurar a renovação das infra-estruturas. A DG confirmou este entendimento e indicou que o protocolo já foi remetido à Guiné-Bissau mas ainda não estava firmado.

DELIBERAÇÃO Nº 1:

- Foi decidido que os recursos alocados para o projeto PR74/BRA/16 - 2ª Semana da Juventude da CPLP, aquando da XXXII RPFC, poderiam ser reafectados para o evento previsto para dia 25 de julho, à margem da Reunião de Ministros da Juventude e do Desporto.

4. Apresentação do Relatório Parcial - Reflexão sobre a efetividade das Atribuições dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP

A PFC do Brasil fez um enquadramento do processo de reflexão que estava a ser levado a cabo desde a XXXIII RPFC. Recordou que, até ao momento, o exercício tinha recaído sobre as seguintes questões:

- a) Propósito da RPFC;
- b) Estabelecimento de prioridades
- c) Natureza da cooperação
- d) Tipologia de projectos
- e) Fluxo de comunicação
- f) Relação com o âmbito externo

Passou posteriormente a palavra a Joana Amaral, consultora responsável pelo exercício de reflexão, que, apresentou uma Visão Geral do Processo que vem sendo seguido e uma visão sistémica dos atores da cooperação e as suas interações (Anexo 4). Recordou os pontos centrais das discussões que haviam sido tidas e resumiu a sua proposta para a realização do Seminário e do Manual Governança e Gestão da Cooperação na CPLP, para se concluir este Exercício.

Em ronda de comentários, o PFC do Brasil agradeceu a clareza e sistematização da apresentação e comentou que os resultados positivos da reflexão iniciada em 2016 extrapolaram as expectativas.

A representante de Cabo Verde ressaltou o facto da comunicação entre sectoriais e PFC ser um problema vivido também no seu país e que a apresentação de projectos depende também dessa articulação.

A PFC da Guiné Equatorial indicou que o documento não reflecte observações já efectuadas no passado mas que, no cômputo geral, reflete bem a discussão e as preocupações da RPF.

A PFC de Portugal referiu que Portugal tem estado a reflectir internamente sobre este exercício e identificou 3 tipos de dificuldades: (1) a articulação interna de cada país; (2) o não relacionamento entre as atividades aprovadas nas sectoriais, muitas vezes não realizadas, e o trabalho efectuado ao nível das RPFC; (3) a aprovação de projetos sem que haja aprovação da alocação de financiamento que permita cobrir o orçamento.

Questionou ainda se serão tidos em consideração as novas dinâmicas de cooperação da CPLP, nomeadamente a Nova Visão Estratégica, a questões relacionadas com a eficácia da ajuda e novas fontes de financiamento. Confirmou o apoio de Portugal à elaboração do Manual conforme proposto pela consultora.

O PFC de Timor-Leste congratulou o trabalho da consultora mas indagou sobre a meta que se pretende alcançar com este processo daqui a 10 anos. Concordou ainda com a PFC de Portugal, dizendo que terá que haver um alinhamento com a visão estratégica da CPLP, para que a meta definida, seja ela qual for, seja alcançada. Considerou ainda que deve ser gerado maior debate na CPLP e que a RPFC é um dos poucos órgãos da Organização que faz esse exercício de debater e reflectir.

O PFC de Angola agradeceu o trabalho concordou com o alinhamento com a Visão Estratégica. Indicou ainda que é fundamental definir as balizas e os limites do trabalho e que, para Angola, o resultado é mais importante do que o tempo.

O PFC de STP confirmou que as atribuições dos PFC são claras e que no seu país foi criado o Gabinete de Apoio à CPLP para lhes dar resposta. Esse gabinete inclui todos os pontos focais sectoriais e um coordenador, que faz a articulação com todas as áreas sectoriais.

O representante de Moçambique lamentou que esta reflexão não tenha sido feita a tempo da elaboração da Nova Visão Estratégica e o facto de os PFC não terem sido envolvidos na discussão daquele documento nem no documento da sua operacionalização. Indicou que a CPLP se deveria concentrar nos seus fundamentos e que os PFC deveriam reflectir sobre as prioridades, tipologias de projectos e meios para os implementar. Indicou ainda que, no que toca aos problemas de comunicação identificados, os EM têm visões distintas e não se entendem da mesma forma.

O representante da Guiné-Bissau concordou com a necessidade de maior articulação dos PFC e de reflectir sobre a nova visão, para que esta se torne mais sólida.

A DG instou a que a segunda ronda de comentários fosse menos politicamente correta e instou a que os Pontos Focais colocassem as suas dúvidas muito abertamente. Indicou ainda a pertinência de se promover uma melhor integração das redes nacionais de Pontos Focais e a RPFC.

O DC concluiu sobre o aparente consenso relativo à necessidade de (1) se investir tempo para terminar a reflexão começada, tendo em conta o resultado que se quer alcançar; (2) promover a integração da RPFC com os restantes instrumentos existentes e com as áreas sectoriais; (3) regressar à Resolução de 2010/Luanda, que fala do reforço do papel político da RPFC.

Instou a que se procurasse identificar recursos financeiros nas Reuniões Ministeriais para a implementação das suas actividades e que se estimulasse a que, nos momentos de apresentação dos orçamentos nacionais ao Plano ou às Finanças, fosse relembrada esta necessidade aos sectores.

A consultora usou da palavra para dizer que é fundamental que se tenha a percepção clara sobre o que as instâncias políticas querem da RPFC. Isto pode ser obtido através de um processo de consultas políticas internas, sendo um passo essencial para dar corpo às questões que vêm sendo debatidas.

DELIBERAÇÃO N° 2:

- Foi aprovado o Relatório apresentado pela Consultora sobre o Apoio Metodológico e Facilitação da Reflexão sobre a Efetividade das atribuições dos Pontos Focais de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP” (Anexo 5).

Questionados sobre a concordância com a realização de um Seminário e de um Manual Governança e Gestão da Cooperação na CPLP, a PFC de Portugal concluiu que estaria de acordo, na condição do Seminário ser o momento de conclusão do processo e de se definir uma posição sobre o que se pretende com a Cooperação na CPLP para os próximos 10 anos.

A PFC de Portugal indagou sobre possibilidade do Seminário produzir um Plano de Ação da RPFC, que contribua para a sua institucionalização, e questionou sobre o reconhecimento, interno e externo, dessa institucionalização.

Indicou ainda que a mudança necessitaria de uma operacionalização, num processo contínuo de monitorização. Estas mudanças têm que ser concretizadas num momento relevante para a CPLP, como uma reunião do CCP ou de Conselho de Ministros.

A PFC do Brasil concordou que será oportuno a produção de um roteiro que estabeleça, de forma padronizada, os pontos de reflexão relevantes para cada PF, antes do Seminário.

Os PFC de Timor Leste, Angola e Guiné Equatorial relevaram a possível dificuldade na obtenção de algumas respostas políticas, dado o período eleitoral que se vivia nos respetivos contextos.

O representante de Moçambique mostrou preocupação quanto à visão mais geral da Cooperação, considerando que muitas das questões levantadas são políticas.

5. Apresentação e discussão dos Termos de Referência do Seminário sobre a governança e gestão da Cooperação na CPLP

Foi apresentada a proposta de termos de Referência para a realização de um Seminário Governança e Gestão da Cooperação na CPLP, indicando que este terá como principal fruto a produção de um Manual de Governança e Gestão da Cooperação na CPLP. Houve um acordo geral sobre o tema (Anexo 6).

Reflectiu-se ainda sobre a necessidade de elaboração de um Regimento da RPFC e da revisão do Acordo Geral de Cooperação, que existe desde 1998, mas que apenas ratificado por Portugal e pelo Brasil.

O representante de Moçambique questionou se o Manual seria para os Pontos Focais nacionais ou RPFC, tendo a consultora esclarecido que a ideia seria elaborar um documento para a RPFC, que seja robusto, que dê conta de todos os acordos e da Nova Visão Estratégica.

O DC pediu a palavra para referir que, no que toca ao processo de revisão do Acordo Geral de Cooperação, o processo de ratificação é hoje mais simples e que este pretendia ser um documento enquadrador e lato. Indicou ainda que todos os EM assinaram, uma vez que foi aprovado durante o Conselho de Ministros realizado previamente à II Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em Cabo Verde.

A PFC de Portugal concordou que seria uma excelente oportunidade de se olhar para o documento, de forma a alinhar o seu conteúdo com os compromissos da agenda internacional e os ODS.

A representante de Cabo Verde considerou que o exercício de actualização do Acordo deve limar o documento no que se refere às questões que levou à não ratificação.

O representante da Guiné-Bissau considerou ainda que não valeria a pena regressar ao Acordo Geral de Cooperação, uma vez que ele, na prática, não existe para quem não o ratificou.

O Assessor jurídico do SECPLP, Mário Mendão, esclareceu que o documento existe a partir do momento em que foi assinado pelos EM. Desde aí, ele ficou aberto para ratificação. Tendo sido ratificado apenas por 2 EM, ele apenas é vinculativo para esses 2 EM, pelo que não se pode exigir a reciprocidade daqueles que não ratificaram.

DELIBERAÇÃO Nº 3:

- Os Termos de Referência apresentados (Anexo 6) foram aprovados na generalidade, devendo apenas ser revistos para incluir as conclusões da RPFC, prevendo-se a elaboração de um Manual de Governança da Cooperação na CPLP como seu principal resultado;
- O Secretariado Executivo deverá proceder à contratação da Consultora Joana Amaral para preparação do referido Manual, preparação e facilitação do Seminário.
- O Seminário deverá incluir um espaço para revisão do Acordo Geral de Cooperação e discussão sobre um eventual Regimento da Reunião de Pontos Focais de Cooperação, tendo em conta o exercício de reflexão em curso e deverá ajustar o texto com a Agenda 2030 /ODS e compromissos de outros fora internacionais.

6. Apreciação dos documentos “Documento de Operacionalização da Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026)” e “Propostas para o Reforço da Cooperação com os Observadores Associados

Os documentos correspondentes à Operacionalização da Nova Visão Estratégica da CPLP – 2016-2026 (Anexo 7) e às “Propostas para o Reforço da Cooperação com os Observadores Associados” (Anexo 8) foram apresentados à RPFC pelo Assessor Político-diplomático, Paulo Lima, em nome do Secretariado Executivo da CPLP.

A PFC do Brasil questionou sobre como os PFC poderão contribuir para reforçar essa interlocução e a representante de Cabo Verde ponderou sobre o formato de participação da RPFC para a reflexão sobre documento.

O Assessor Paulo Lima mencionou que, quando refere os EM, estão automaticamente contemplados todos os órgãos, nomeadamente a RPFC.

No que toca ao segundo documento, o Assessor indicou ainda que este pretende ser o quadro operacional que vem dar corpo ao que já está previsto no Regulamento dos Observadores Associados.

7. Elaboração conjunta de Resolução a ser submetida ao Conselho de Ministros

Foi revista a versão inicial da Resolução, mediante propostas e discussão dos Estados-Membros. O Anexo 9 inclui a Resolução revista, que foi posteriormente remetida à 204ª Reunião do Comité de Concertação Permanente.

DELIBERAÇÃO Nº 4:

- Foi decidido apresentar à 204ª Reunião do Comité de Concertação Permanente o texto revisto da Resolução sobre a RPFC (Anexo 9).

8. Pontos de Informação:

8.1 Reuniões Ministeriais Setoriais – 2017/2018

Foi feita a revisão conjunta do Quadro das Reuniões Ministeriais Setoriais previstas para o biénio 2017/2018. Foi dado um especial destaque às reuniões do segundo semestre de 2017, nomeadamente:

- IV Reunião de Ministros da Saúde da CPLP, 24-26 de outubro, Brasília
- V Reunião de Ministros e responsáveis pela Igualdade de Género, 30-31 de outubro, Brasília

- II Reunião de Ministros de Energia, 21-22 de novembro, Foz de Iguaçu.

8.2 Segurança Alimentar e Nutricional

8.2.1 Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP

O DC apresentou os resultados e deliberações da II Reunião Ordinária do CONSAN-CPLP, realizada em Brasília, entre 6 e 8 de junho de 2017, tendo sido destacados como principais resultados a aprovação das “Diretrizes para o Apoio e promoção da Agricultura Familiar nos Estados-Membros da CPLP” e o novo Plano de Trabalho 2017-2018.

8.2.2 Campanha da CPLP “Juntos contra a Fome”

No âmbito da Campanha “Juntos contra a Fome”, o SECPLP informou que, a 16 de julho, se realizou a IV Corrida “Juntos contra a Fome”, com uma participação muito significativa, embora inferior ao ano anterior, e que gerou cerca de 8.000€ para os projectos da Campanha.

A representante de Cabo Verde confirmou o sucesso da iniciativa e realçou a necessidade de haver um maior envolvimento do SECPLP e das Missões dos Estados-Membros junto da CPLP na divulgação do evento, à semelhança do que aconteceu em edições anteriores.

Ainda no âmbito da Campanha JcF, o DC indicou que se encontrava prevista mais uma Exposição do Acervo “Artistas Unidos Contra a Fome”, bem como a possível realização de um Leilão das obras doadas, que deveria ter lugar em Setembro de 2017, na sede da UCCLA, em Lisboa.

Indicou ainda que, no segundo semestre de 2017, se realizaria mais uma reunião de avaliação da Campanha, para concluir sobre o formato das atividades propostas e a pertinência da sua manutenção.

8.3 IV Conferência Global sobre Trabalho Infantil, 14-16 novembro 2017, Argentina

O DC informou que a CPLP foi convidada a participar na IV Conferência Global sobre Trabalho Infantil, que terá lugar em Buenos Aires, entre 14 e 16 de novembro 2017, e que, por indigitação da Reunião de Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais, o SECPLP está a trabalhar numa posição conjunta da CPLP que possa ser

apresentada. A informação sobre este assunto foi transmitida aos EM por Nota Verbal, para que pudessem submeter os seus contributos e comentários.

A proposta final deverá ser levada ao CCP de Outubro para validação.

8.4 VIII Fórum Mundial da Água, Brasília, 2018

O Eng. Luiz Amore, representante da Agência Nacional das Águas (ANA – Brasil), apresentou o processo de para a participação da CPLP no 8º Fórum Mundial da Água, através da elaboração de uma posição conjunta.

Num primeiro momento, em julho de 2017, seria realizado, em Lisboa, um primeiro encontro de reflexão. Posteriormente, em Novembro, deverá realizar-se um encontro em Brasília para fechar o documento, para que, em Março, possa ser apresentado no Fórum Mundial das Águas, a realizar-se em Brasília.

Indicou que seria importante que houvesse participação dos países da CPLP ao longo de todo o processo e que o projecto elaborado com a ABC permite a participação dos Estados-Membros no processo, que se pretende que seja apropriado por todos.

Referiu ainda que foi contratada uma consultora para facilitar as reuniões e o processo de elaboração dos documentos.

O PFC de Portugal indicou que o evento seria uma excelente oportunidade para concertar agendas dos parceiros.

8.5 Seminário do Segmento Lusófono da Parceria para o MRV, 19-21 junho, Sede CPLP

O DC indicou que o Seminário, realizado entre os dias 19 de 21 de junho de 2017, na sede da CPLP, em Lisboa, foi organizado com apoio dos governos de Brasil, Portugal, Alemanha e Bélgica, bem como da Parceria para Transparência, PNUD, PNUMA e CPLP, tendo contado com a participação de representantes de todos os 9 Estados-Membros.

Em seguida, Patricia Soares Leite, Subchefe da Divisão da Mudança do Clima do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, explicou que o seminário marcou o lançamento do Núcleo Lusófono da “Parceria para Transparência no Acordo de Paris”, dando continuidade aos entendimentos alcançados na reunião de representantes de países de língua portuguesa, à margem da 22ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, realizada em Marraquexe (COP22).

Mencionou que a iniciativa teve como objetivos promover o intercâmbio de experiências e o fortalecimento de capacidades entre os Estados-Membros para o cumprimento das obrigações de comunicação e transparência, assumidas no âmbito da Convecção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC) e seu Acordo de Paris.

Explicou, ainda, que Seminário reunião os representantes da CPLP e outros parceiros para uma troca de experiências sobre os desafios e lições apreendidas no estabelecimento e operação de sistemas de mensuração, relato e verificação (MRV) no âmbito da matéria em apreço.

8.6 V Conferência da CPLP sobre Governo Eletrónico, II Semestre 2017

O DC indicou que estavam a ser identificadas condições para a realização, no 2º semestre de 2017, da V Conferência da CPLP sobre Governo Eletrónico bem como da VII Reunião dos Pontos Focais da Governação Eletrónica da CPLP, com o propósito de se gerarem articulações e consensos que permitam a organização e institucionalização da Reunião Interministerial de Governação Eletrónica da CPLP, o reforço da partilha de modelos de governação eletrónica entre os Estados-Membros da CPLP e a conclusão do trabalho editorial do livro “Quinze Anos da Governação Eletrónica da CPLP tendo em vista a sua posterior publicação.

A VII Reunião dos Pontos Focais da Governação Eletrónica da CPLP seria realizada em Brasília, na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), à margem da “3ª Semana de Inovação: Transformação Digital como Ferramenta de Inovação”, que o Brasil acolher entre 16 a 19 de outubro de 2017.

Neste contexto, a PFC de Portugal fez ainda referência à nova edição do Programa da RINAPE – Rede dos Institutos Nacionais de Administração Pública Equivalentes. Informou que Portugal iria circular eletronicamente uma proposta de Ação Pontual para reativar Rede RINAPE, através da realização da 6ª Reunião da Rede, que se encontra inactiva desde 2014.

Sessão de Encerramento

O Embaixador João Almino, Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), manifestou a sua satisfação em acolher, uma vez mais, a RPFC no Palácio do

Itamaraty, referindo que a cooperação é um dos mais sólidos pilares da Comunidade. Indicou que a Cooperação Sul-Sul e triangular com PALOP e TL compõem a maior parte das ações de cooperação do Governo brasileiro.

Congratulando todos pelos resultados alcançados na XXXV RPFC e enaltecendo os importantes passos dados em relação à reflexão e ao fortalecimento da cooperação comunitária e dos próprios PFC, deu por encerrada a XXXV RPFC.

Grelha das Deliberações da XXX RPFC

3. Programa Acompanhamento dos Projetos, Programa Indicativo de Cooperação e Execução Financeira	<ul style="list-style-type: none"> Foi decidido que os recursos alocados para o projeto PR74/BRA/16 - 2ª Semana da Juventude da CPLP, aquando da XXXII RPFC, poderiam ser reafectados para o evento previsto para dia 25 de julho, à margem da Reunião de Ministros da Juventude e do Desporto.
4. Apresentação do Relatório Parcial – Reflexão sobre a Efetividade das Atribuições dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP	<ul style="list-style-type: none"> Foi aprovado o Relatório apresentado pela Consultora sobre o Apoio Metodológico e Facilitação da Reflexão sobre a Efetividade das atribuições dos Pontos Focais de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP” (Anexo 5).
5. Apresentação e discussão dos Termos de Referência do Seminário sobre a governança e gestão da Cooperação na CPLP	<ul style="list-style-type: none"> Os Termos de Referência apresentados foram aprovados na generalidade, devendo apenas ser revistos para incluir as conclusões da RPFC, prevendo-se a elaboração de um Manual de Governança da Cooperação na CPLP como seu principal resultado (Anexo 6); O Secretariado Executivo deverá proceder à contratação da Consultora Joana Amaral para preparação do referido Manual, preparação e facilitação do Seminário. <ul style="list-style-type: none"> O Seminário deverá incluir um espaço para revisão do Acordo Geral de Cooperação e discussão sobre um eventual Regimento da Reunião de Pontos Focais de Cooperação, tendo em conta o exercício de reflexão em curso e deverá ajustar o texto com a Agenda 2030 /ODS e compromissos de outros fora internacionais.
7. Elaboração conjunta de Resolução a ser submetida ao Conselho de Ministros	<ul style="list-style-type: none"> Foi decidido apresentar à 204ª Reunião do Comité de Concertação Permanente o texto revisto da Resolução sobre a RPFC (Anexo 9).

Anexo I

LISTA DE PARTICIPANTES

- **ANGOLA**

- Oliveira Francisco Encoge, Ponto Focal de Cooperação de Angola – Gabinete de Apoio à CPLP e PALOP, Ministério das Relações Exteriores;
- Elsa Manuel Maria do Nascimento, Embaixada de Angola em Brasília.
- Esperança da Purificação J. Pereira, Gabinete de Apoio à CPLP e PALOP, Ministério das Relações Exteriores;

- **BRASIL**

- Embaixador João Almino, Diretor da Agência Brasileira de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores;
- Embaixador Gonçalo Mello Mourão, Representante Permanente do Brasil junto da CPLP;
- Ministra Andréa Saldanha da Gama Watson, Diretora-Adjunta da ABC, Ministério das Relações Exteriores;
- Alessandra Ambrosio, Coordenadora-Geral de Cooperação Técnica com a CPLP da ABC e Ponto Focal de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores;
- Conselheiro Fernando Mello, DCPLP, Ministério das Relações Exteriores;
- Secretária Maria Lima Kallás, DCPLP, Ministério das Relações Exteriores;
- Tania Jardim, ABC, Ministério das Relações Exteriores;
- Carmen Roseli C Menezes, ABC, Ministério das Relações Exteriores;
- Zeli Rocha, ABC, Ministério das Relações Exteriores;
- Riffat Rêgo Iqbal, ABC, Ministério das Relações Exteriores;
- Eduardo Paulino, ABC, Ministério das Relações Exteriores;
- Ana Paula dos Reis Costa, Ministério das Relações Exteriores;
- Barbara Monteiro Drumond, Ministério das Relações Exteriores.

- **CABO VERDE**

- Filomena Lopes, Embaixada de Cabo Verde em Portugal.
- Fátima Almeida Santos, Conselheira da Embaixada de Cabo Verde em Brasília.

- **GUINÉ-BISSAU**

- Midana Pinhel,
- Mimiam Matogo Nieto,

- **GUINÉ EQUATORIAL**

- Cristina Mangue Abeso, Ponto Focal de Cooperação, Embaixadora no Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- **MOÇAMBIQUE**
 - Dionísio Macule, Embaixada de Moçambique em Lisboa;
 - Sulemane Haje, Embaixada de Moçambique em Brasília.
- **PORTUGAL**
 - Sandra Magalhães, Diretora de Serviços Cooperação, Camões, Instituto da Cooperação e da Língua;
 - Eduarda Cabral e Silva, Técnica superior da DAM do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua.
- **SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**
 - Esterline Gonçalves Género, Ponto Focal de Cooperação da CPLP da Direção de Cooperação Internacional do Ministério da Economia e Cooperação Internacional.
- **TIMOR-LESTE**
 - Jesuíno Alves, Direção para os Assuntos da CPLP, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;
 - Miguel da Silva, Embaixada de Timor-Leste em Brasília.
- **SECPLP**
 - Georgina de Melo, Diretora Geral;
 - Manuel Clarote Lapão, Diretor da Cooperação;
 - António Alves Lopes, Assessor Político-diplomático;
 - António Ilharco, Assessor de Comunicação;
 - Mário Mendão, Técnico Jurídico;
 - Ana Barbosa de Melo, Técnica da Direção de Cooperação;
 - Carlos Alberto Gonçalves, Técnico da Direção de Cooperação;
 - Amália Martins, Técnica da Direção da Ação Cultural e da Língua Portuguesa.
- **Convidados**
 - Clarisse Nina, Coordenadora-Geral de Desenvolvimento Sustentável, Ministério das Relações Exteriores do Brasil
 - Patricia Soares Leite, Subchefe da Divisão da Mudança do Clima, Ministério das Relações Exteriores do Brasil
 - Luiz Amore, Chefe da Assessoria Internacional da Agência Nacional de Águas (ANA);
 - Joana Amaral, Consultora;

Anexo II

XXXV REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Brasília, 17 e 18 de agosto de 2017

AGENDA FINAL PROPOSTA DE AGENDA

- 1. Sessão de Abertura**
- 2. Aprovação da Agenda de Trabalho e do Programa**
- 3. Programa Acompanhamento dos Projetos, Programa Indicativo de Cooperação e Execução Financeira**
 - 3.1 Execução Financeira em 2017
 - 3.2 Quadro de Execução de Projetos e Ações Pontuais do PIC
- 4. Apresentação do Relatório Parcial – Reflexão sobre a Efetividade das Atribuições dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP**
- 5. Apresentação e discussão dos Termos de Referência do Seminário sobre a governança e gestão da Cooperação na CPLP**
- 6. Apreciação dos documentos “Documento de Operacionalização da Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026)” e “Propostas para o Reforço da Cooperação com os Observadores Associados**
- 7. Elaboração conjunta de Resolução a ser submetida ao Conselho de Ministros**
- 8. Pontos de Informação:**
 - 8.1 Reuniões Ministeriais Setoriais – 2017/2018
 - 8.2 Segurança Alimentar e Nutricional
 - 8.2.1 Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP
 - 8.2.2 Campanha da CPLP “Juntos contra a Fome”
 - 8.3 IV Conferência Global sobre Trabalho Infantil, 14-16 novembro 2017, Argentina
 - 8.4 VIII Fórum Mundial da Água, Brasília, 2018
 - 8.5 Seminário do Segmento Lusófono da Parceria para MRV, 19-21 junho, Sede CPLP
 - 8.6 V Conferência da CPLP sobre Governo Eletrónico, II Semestre 2017